

PROGRAMA PESSOA

Estratégia para dividir e precarizar. Atacar os direitos dos trabalhadores!

A Altice anunciou um novo “Programa Pessoa” para saída de 800 a mil trabalhadores.

Os trabalhadores sabem que esta iniciativa vem na sequência do que tem sido a atuação desta empresa e que visa cumprir a sua própria “agenda”, antes de ter em conta preocupações de responsabilidade social. Vem na sequência das alterações que separam as atividades, para melhor as precarizar e entregar aos empreiteiros, dos negócios chorudos com as redes, da entrega da ACS às seguradoras, do despedimento dos temporários, da recusa da atualização salarial, da falta de apoio no teletrabalho e no apoio à família, na uberização do trabalho. No entanto o novo “Programa Pessoa” é apresentado como um programa preocupado com soluções justas. Isto apesar de já não se apresentar proposta para menos de 55 anos – a “agenda” vai sempre restringindo os programas. Isto apesar de já não se incluírem as empresas de outsourcing Sudtel, Tnord e FFA/Viavel - e de não se incluir a Fastfiber - mas quando foi criada não se assumiu que ficaria de fora destes programas.

Mesmo assim, o novo programa apresenta condições com alguma continuidade em relação ao anterior. Os trabalhadores irão certamente ponderar em função das suas preferências e planos de vida. O PCP apela a que se aconselhem também com os sindicatos e organizações representativas. Mas que não sejam as dificuldades do dia-a-dia a fazer-nos esquecer que o contexto já não é o mesmo e que

a crise da pandemia traz mais incerteza para o futuro e valoriza ainda mais o posto de trabalho.

Mesmo que as ameaças veladas da empresa e uma legislação laboral que continua a não proteger os trabalhadores, façam perigar os direitos e condições de trabalho.

Não é por causa da Anacom e da AdC que surge o “Programa Pessoa 2” (só o facto de ser o segundo, já quase o demonstra). Os gestores da Altice Portugal fizeram o seu

percurso na concorrência e sabiam bem qual tem sido o papel dos reguladores contra a empresa que detinha a rede com maior expressão nacional. Quando «a concorrência» e a «regulação» serviram para entregar o operador público nacional nas mãos destes capitalistas, eram óptimas, agora, que a «regulação» e a «concorrência» querem trazer novos concorrentes já são péssimas. Ou seja, agora, querem que a «regulação» os proteja da «concorrência» enquanto desregulam totalmente as relações laborais na empresa para aumentarem os lucros.

A agenda da multinacional Altice é partir, vender aos bocados, entregar aos empreiteiros, precarizar.

Quando dizem que o objetivo é tornar a empresa mais “ágil”, sabem que não estão a fazer mais com menos pessoas. O número de trabalhadores não diminuiu, as funções passaram para trabalhadores do “mercado” precário e desregulado. Por isso se queixa amargamente quando os tribunais obrigam a reintegrar os trabalhadores abrangidos nas falsas transferências cozinhadas por advogados espertos, que agora se revelam como ilícitas e falhadas.

Por isso nunca é de mais repetir que esta empresa estratégica faz falta na esfera de atividade do Estado.

Não é pelo amor à justiça que aparece o “Programa Pessoa”. A empresa sabe que as medidas que mais ferem os trabalhadores trazem à superfície a sua capacidade de lutar e fazer ouvir o seu protesto.

O PCP sabe que os trabalhadores do grupo Altice têm consciência da sua força e da capacidade de fazer valer os seus direitos, juntamente com as suas organizações representativas.

Os trabalhadores podem contar com o apoio do PCP para a defesa dos seus direitos e para as lutas presentes e futuras.